

ESTATISMO, CONCORRÊNCIA, LIVRE-EMPRESA

NOVOS E VELHOS ARGUMENTOS EM *ECONOMIA SUBTERRÂNEA* DE
HERNANDO DE SOTO

Maurício C. Coutinho

Um liberalismo econômico *enragé* anda em moda. O fracasso da administração Sarney e o caráter errático da política econômica transmitem desconfiança em relação à gestão pública, transferindo ao Brasil a consigna do conservadorismo internacional: menos governo!

Agradeço os comentários de Sérgio S. Silva a uma versão preliminar.

O privatismo e o antiestatismo, anteriormente temas difusos em um empresariado marcado pelo clientelismo, agora emergem como a tônica do discurso conservador. Em paralelo, revitaliza-se um certo tipo de elogio à iniciativa empresarial e ao espírito empreendedor dos capitalistas privados (em contraste com a ineficiência da administração pública), que acaba transformando em lema uma palavra de sentido impreciso: o mercado. O mercado (a livre concorrência) aloca os recursos de modo mais eficiente! o mercado (oferta e demanda) provê melhor justiça distributiva! Enfim, o mercado — entendido quase sempre como *locus* de livre concorrência — contrapõe-se à regulamentação estatal.

Os temas do debate econômico internacional passam por uma tradução *ad usum* do novo liberalismo brasileiro. Deste modo, se Reagan e Thatcher apontam para um pós-*welfare state* revigorado pela iniciativa particular, nossos conservadores captam a proposta como sinal inequívoco de que as medidas para melhoria da proteção social no Brasil não só não têm futuro, como são anacrônicas... Se os soviéticos, no bojo da *perestroika*, liberam à iniciativa individual os pequenos serviços urbanos (consertos, restaurantes etc.), os conservadores brasileiros vêem nisto uma manifestação de superioridade da empresa privada, e alinham-se com Gorbachev, contra os estatizantes...

Em suma, todos os temas são reciclados e interpretados à conveniência do antiestatismo. O argumento liberal, antes um fino biscoito consumido por círculos intelectuais restritos, difunde-se e se vulgariza, perdendo requinte e ambientação histórica. Não se procura explicar por que chegamos a este estado de coisas: por que a gestão pública é ineficiente, por que a política econômica não atinge objetivos precisos, por que o Estado é arbitrário. E, finalmente, não se procura averiguar a consistência deste retorno a uma ideologia privatista cujos pilares centrais — o mercado e o empresário concorrencial — são antes figuras imprecisas e ideais de livro-texto de teoria dos preços do que agentes históricos reais do desenvolvimento econômico.

Não se trata de fazer agora uma crítica rigorosa aos supostos (livre concorrência, empresário empreendedor) que explícita ou implicitamente têm sempre animado o ideário conservador. O objetivo exclusivo destas notas é o de mostrar como o antiestatismo atual, em suas melhores versões, mescla uma poderosa denúncia do caráter iníquo e atrasado da intervenção econômica estatal na América Latina com o retorno a certo romantismo econômico, bem resumido no endeusamento à "iniciativa empresarial".

Para ilustrar esta mescla e suas conseqüências, nada melhor do que recorrer a uma obra que alia o antiestatismo e as prescrições liberais a uma criativa percepção do atraso econômico latino-americano. Entre outros méritos, *Economia Subterránea — Uma Análise da Realidade Peruana*, de Hernando de Soto, possui vários daqueles ingredientes capazes de transformar um lançamento editorial em *best-seller* e em ponto de referência para o debate político-intelectual. O prólogo é de Vargas Llosa, justamente nesse ano (1987) alçado da notoriedade literária ao estrelato político, graças à campanha contra a estatização bancária no Peru. A temática, farta em questões de permanente interesse ideológico: estatismo, informalidade, livre-empresa, subdesenvolvimento. E a apresentação, notável por fugir à sensorialidade e ao péssimo estilo dos textos acadêmicos em economia e ciências sociais.

De Soto toma como ponto de referência a economia informal peruana. Os setores da atividade produtiva que vivem e se desenvolvem total ou parcialmente à margem das prescrições legais — pondera o autor — têm sido tratados defectivamente pelos investigadores e formuladores de política econômica. A informalidade é sempre encarada como mal necessário; como algo cuja contribuição ao produto nacional pode ser desconsiderada. Partindo da investigação empírica de setores da economia liminha amplamente dominados por relações informais de trabalho e propriedade, de Soto propõe-se não só reconstruir a "lógica da informalidade", como também defender a ousada tese de que na economia informal encontram-se as sementes que podem fazer germinar um capitalismo eficiente, justo, progressista e liberto das peias estatais.

O primeiro mérito da obra é a clareza com que se desdobra em proposições a respeito do futuro do Peru. O particular (a economia informal) vincula-se a uma visão ampla sobre o desenvolvimento peruano e latino-americano em geral. Mas o principal, para nossos propósitos, é que no decorrer da exposição, de Soto "latino-americaniza" e refunde com originalidade grande parte dos argumentos da voga conservadora internacional — louvor à iniciativa privada, ataque à excessiva regulamentação estatal, combate à burocracia pública —, retirando deles o ranço habitual que não disfarça um profundo reacionarismo. O trabalho é uma das mais provocativas defesas do moderno ponto de vista liberal, razão suficiente para transformá-lo em referência obrigatória no debate econômico atual.

Por tudo isto, fica difícil entender o motivo pelo qual, embora recebendo os confetes e as referências que o converteram em sucesso editorial, não mereceu comentários circunstanciados e de maior densidade teórica. A discussão das idéias nele veiculadas pode ser um expediente adequado para atualizar e polir alguns argumentos econômicos no debate presente, principalmente os que se referem às relações entre Estado e economia.

As notas que se seguem obedecem a este objetivo. Sem pretender comentar em detalhes as proposições de *Economia Subterrânea*, o propósito é o de aproveitá-las enquanto material para discutir a contraposição entre estatismo e livre iniciativa, estabelecendo, tanto quanto possível, ilações com o desenvolvimento econômico brasileiro.

Para melhor situar o debate, convém sumariar as principais conclusões de de Soto. O Instituto Liberdade e Democracia realizou uma pesquisa sobre as dimensões e características da informalidade em três setores de atividade em Lima, a saber, construção civil residencial, comércio de gêneros de consumo de massa e transportes coletivos urbanos. Estes setores são amplamente dominados por relações informais, obedecendo cada um a estratégias de sobrevivência e desenvolvimento que denotam notável dinamismo.

A informalidade na construção civil se deve sobretudo às dificuldades para obtenção de terrenos legalizados em Lima. Os terrenos são caros, e sua legalização junto a diversas repartições públicas representa uma perda apreciável de tempo e dinheiro. Deste modo, os limenhos invadem terrenos públicos, procurando obter posteriormente a adjudicação plena através de pressões políticas e de expedientes burocráticos. A invasão em Lima representa uma verdadeira indústria, quase nunca decorrendo de iniciativa familiar isolada. Os invasores primeiramente reúnem-se em organizações; escolhem o terreno a ser tomado; preparam a invasão (levantamentos topográficos, divisão dos lotes, delimitação de áreas coletivas etc.), às vezes recorrendo ao requinte de contratar firmas de engenharia; e finalmente assaltam a área. Consumado o fato, constroem e procuram percorrer passo a passo as etapas da adjudicação formal. Há inúmeras fases entre a simples posse e a propriedade plena, e os pesquisadores concluíram que

quanto mais firme o direito de propriedade logrado, maior a tendência dos moradores a investir nos imóveis.

Uma imensa maioria das residências em Lima resultou de invasões, o que denota a falência dos programas habitacionais oficiais. Os cidadãos preferem recorrer a alguma forma de clandestinidade, mesmo sabendo que, enquanto não for obtida a legalização total da construção, haverá algum risco e a impossibilidade de desfrutar os direitos de propriedade na plenitude.

O comércio de gêneros de consumo popular também é dominado (a quantificação aqui não é precisa) pela informalidade. O informal neste setor assume diversas formas, incluindo desde o ambulante até o comércio estabelecido sem registro legal, passando por inúmeras gradações (camelôs com ponto fixo, consórcio de camelôs explorando o mesmo ponto etc.) que grosseiramente implicam capitalização crescente.

Ao contrário do que ocorre nas metrópoles brasileiras, onde o comércio informal representa uma face visível mas pouco significativa das transações de alimentos, roupas, material de limpeza, em Lima ele é dominante. Hoje em dia, a maior parte dos mercados é irregular; e, por outro lado, o comércio de calçadas é uma instituição. O objetivo de todo comerciante, conforme de Soto, é transitar das calçadas ao comércio estabelecido em mercados, e deste à formalização. Os obstáculos novamente são os custos e o labirinto burocrático a ser percorrido por quem puder e quiser legalizar o negócio.

Os transportes coletivos urbanos constituem um caso especial e mais alucinante. O Instituto Liberdade e Democracia estima que aproximadamente 95% do transporte coletivo em Lima é provido por veículos à margem da legalidade plena. As linhas regulares em concessões oficiais atendem a uma área restrita e a um contingente reduzido da população. O resto fica por conta de ônibus, microônibus e peruas que oscilam entre a semilegalização e a clandestinidade pura, e entre a atividade organizada (consórcio de proprietários-motoristas explorando determinada linha) e a ação individual totalmente irregular (os "piratas").

Como nos demais casos, o conceito de informalidade adotado para o transporte coletivo é bastante genérico. Informal é aquele não protegido por todos os carimbos do Estado: concessão de linhas, fiscalização, fixação de tarifas etc. A clandestinidade total (os "piratas") é apenas uma das modalidades de informalidade; um motorista pode explorar regularmente uma linha, sem contudo — por exemplo — dispor de todas as licenças. Do mesmo modo um comerciante pode obter licença municipal, não pagando os impostos federais; ou um morador pagar a cisa municipal, sem possuir registro definitivo de propriedade; e assim por diante, em inúmeras combinações que darão ao informal maior ou menor segurança e, afinal, acesso mais ou menos pleno à propriedade e à liberdade de comércio e serviços.

A informalidade, prossegue de Soto, é uma opção racional. Ao adotá-la, o trabalhador terá feito um balanço ponderando vantagens e desvantagens. Em última análise, a relação custo/benefício da informalidade será maior que a da atividade formal. Não que a informalidade deixe de representar custos ou perda de acesso a certos ganhos; pelo contrário, o informal despenderá recursos em propinas e salvo-condutos, e deixará de usufruir economias de escala, benefícios da publicidade, a segurança da propriedade estabelecida. Em compensação, o preço do trabalho à sombra da lei e dos regulamentos é considerável: propinas, impostos, taxas e, não menos decisivo, uma perda de tempo infernal.

Em simulação que se tornou famosa, o Instituto calculou os custos do direito nas três atividades pesquisadas. Os custos envolvem recursos desembolsados e também perda de tempo de trabalho, convertida em rendimentos não auferidos. A legalização de uma habitação, por exemplo, toma aproximadamente 7 anos de trâmites em infinitas repartições. O tempo médio de formação de um mercado é de 17 anos; e assim por diante. No exemplo mais notório e preciso, a tentativa concreta de implantação de uma pequena oficina de confecções demandou 289 dias para a obtenção das 11 licenças necessárias, a um custo de 1231 dólares por pessoa.

Deste modo, ainda de acordo com a obra, o que impele os indivíduos à informalidade é o custo desmesurado da proteção legal. Ninguém optaria, em igualdade de condições, pelo trabalho informal. Todos preferem a proteção da lei, a segurança da propriedade, as vantagens da concorrência ao abrigo das normas, a possibilidade de crescimento contínuo. Só que isto tudo é muito caro, em um país onde o direito não se põe a serviço da produção.

Os custos da informalidade para a sociedade como um todo igualmente são elevados. Imagine-se o perigo do trânsito em uma metrópole onde os veículos coletivos são semiclandestinos; ou o desconforto e a falta de higiene do comércio informal; ou o ônus da dificuldade de acesso a escalas produtivas mais econômicas. A sociedade também paga caro pelo fato de o direito bloquear o desenvolvimento legal da livre iniciativa.

A proliferação de uma burocracia pública onipresente; o emaranhado de leis, normas e resoluções conflitantes; e a politização exagerada do aparato público; tudo isto configura, conforme de Soto, um Estado redistributivista. A regra básica do tecido social e empresarial, nestas condições, não é produzir ao menor custo, e sim lutar pelos maiores favores públicos. O Estado centraliza os recursos e os redistribui através de um mecanismo extremamente politizado, do qual se beneficiam os grupos privilegiados.

De Soto identifica este padrão de organização da atividade pública e empresarial ao mercantilismo. Se o antigo mercantilismo foi o regime de licenças, restrições à produção, monopólios de produção e comércio, a atual organização de atividades produtivas nos países latino-americanos não fica atrás. Estados todo-poderosos organizam a produção e redistribuem prebendas. Indivíduos industriais têm seus passos continuamente

obstaculizados pelo emaranhado legal. Ao fim e ao cabo, o direito se põe a serviço do privilégio e tolhe a eficiência.

As raízes do atraso econômico e político, conclui de Soto, encontram-se menos nos obstáculos externos (imperialismo, dependência econômica), na maldita desigualdade herdada do período colonial, no regime de propriedade que caracteriza a atividade agrícola, que no espírito mercantilista que anima o Estado e domina as relações entre Estado e cidadãos.

Sob este ângulo de visão, a informalidade representa um sopro de dinamismo empresarial, e não um estigma de atraso econômico. O informal é, antes de tudo, um empresário *in nuce*: inovador, afastado dos privilégios estatais, em permanente concorrência com seus iguais, portador de acendrado amor à propriedade. Dêem-lhe um direito decente, e ele fará do país um capitalismo de primeira qualidade. Lá onde tantos enxergam atributos defectivos, de Soto identifica virtudes verdadeiramente revolucionárias. Os informais são a antítese capitalista do mercantilismo dominante.

Ao percorrer a prosa fluente de *Economia Subterrânea*, o leitor brasileiro se verá preso a dois sentimentos. Por um lado, identificará na descrição do "estado redistributivista" um quadro familiar. Burocracias arrogantes, acesso diferenciado ao direito, distribuição de privilégios; tudo isto conhecemos bastante. De certo modo — deixando para depois uma apreciação rigorosa do conceito — o Brasil também é uma economia mercantilista, no sentido utilizado por de Soto.

Por outro lado, a onipresença do atraso econômico, tão característica do Peru, nos é estranha. Legiões de ambulantes, transporte de massas irregular, invasões contínuas de terrenos públicos, nada disto monopoliza a cena econômica metropolitana no Brasil. A situação residencial talvez aqui seja bem pior do que a descrita pelo livro. A favelização é sem dúvida uma solução mais abjeta do que as comentadas invasões; e sabemos em que medida o favelamento metropolitano tem proliferado. Mas o comércio tipicamente capitalista e empresarial avança nas metrópoles, e o transporte coletivo, embora de péssima qualidade, é regulamentado, quando não administrado pelo próprio Estado. Enfim — e sem que isto signifique qualquer juízo sobre superioridade no padrão de vida das massas —, se em Lima parece faltar capitalismo, no Brasil metropolitano parece sobrar.

O mesmo raciocínio se estende para outros setores de atividade e inclusive para a atuação do Estado. O Instituto Liberdade e Democracia não pesquisou a indústria, ou os serviços públicos de infra-estrutura básica, onde certamente a organização típica capitalista teria peso dominante. Deixando de lado esta lacuna, que uma vez preenchida relevaria o não-informal, ainda assim tem-se a impressão de que no Brasil o direito não tolhe de modo decisivo a produção. O exagero burocrático não chega a ameaçar a iniciativa empresarial. E o Estado, apesar de configurar uma entidade redistribuidora de favores (e licenças, e subsídios) naturalmente apro-

priados pelos grupos política e economicamente mais fortes, não prejudica a capitalização privada. Quem dispuser de recursos, terá acesso pleno e imediato à propriedade firme. A ação pública não só não é hostil ao produtivismo, como afinal, ressalvadas as distorções, parece ter sido decisiva na configuração de um capitalismo de feições modernas, embora desigual.

A impressão que se tem ao ler a obra de de Soto é de que o Estado peruano foi de uma inépcia total na articulação de interesses burgueses modernos. Sendo ou não verdadeiro o quadro, salta aos olhos que no Brasil foi diferente. A atuação do Estado brasileiro, vista de uma perspectiva histórica, nada teve de anacrônica; ao revés, a solidariedade com a face moderna do capital sempre teve força.

Deixando de lado por um momento as diferenças, ou os argumentos que apenas ressaltam o brutal atraso peruano, voltemos ao que é comum. Existem afinidades entre o pensamento de de Soto e o conservadorismo econômico que se expressa hoje com força no Brasil. O louvor ao "espírito de iniciativa", uma certa e restrita concepção de capital e capitalismo, a definição de empresário, a própria caracterização do *homo economicus* compõem uma lógica que permeia o moderno conservadorismo. Poucos debatedores atingem o nível de originalidade e a envergadura histórica de de Soto¹, mas, ao isolarmos o núcleo das proposições, veremos que o estilo da análise nos é familiar.

Empresários, conforme o autor, são "indivíduos que sabem aproveitar oportunidades administrando com relativa eficiência os recursos disponíveis, incluindo seu próprio trabalho"². Vale dizer, os atributos essenciais do empresário são a racionalidade e o senso de oportunidade. No limite, todos somos ou podemos ser empresários. No Peru de de Soto, os informais são os empresários por excelência; transpondo para um plano mais amplo, espírito de empresa não se confunde com capital, ou, melhor ainda, relaciona-se somente ao uso adequado do capital humano de que todos somos portadores.

Nesta versão de capitalismo popular, ou capitalismo sem capital, concorrência é sempre concorrência entre talentos, e não concorrência entre capitais. Tal definição é essencial, pois enquanto a concorrência entre talentos transmite uma idéia de livre acesso a mercados, a concorrência entre capitais pode nos sugerir facilmente obstáculos, barreiras, privilégios, em suma, elementos que de Soto considera inerentes ao mercantilismo, e que o ideário conservador moderno simplesmente ignora, porque não se coadunam com o paradigma de "livre iniciativa" que lhe é conveniente. "Nos países de economia de mercado", assegura o autor, "qualquer um pode entrar no mercado, produzir, distribuir ou tramitar por conta própria e sem recorrer a terceiros"³. Se todos têm iguais oportunidades, e se o espírito empresarial é fartamente distribuído pela população, liberar os mercados de qualquer regulamentação estatal parece ser a regra mais adequada para que se obtenha desenvolvimento econômico.

(1) No Brasil, a crítica econômica conservadora vem adquirindo prestígio crescente nos últimos dois anos nos meios empresariais e acadêmicos. A autoridade máxima é Mario Henrique Simonsen, que vem de publicar um verdadeiro manifesto conservador, com grande ressonância. Veja-se Simonsen, "O Risco de Opitar pelo Atraso", *Veja* 997, outubro de 1987.

(2) De Soto, *Economia Subterrânea*, Rio de Janeiro, Globo, 1987, p. 326.

(3) De Soto, *op.cit.*, p. 286.

A bem da verdade, deve-se ressaltar que de Soto não supõe que o Estado seja apenas um parasita econômico. A regulamentação pública é necessária, e mesmo indispensável em certas áreas relacionadas à funcionalidade da vida metropolitana (transportes, urbanização). A obra pede, no fundo, apenas um direito barato, simples e não colidente com a iniciativa individual⁴. Todavia, a noção de concorrência ("qualquer um pode entrar no mercado") e a redução de empresa à simples racionalidade conduzem a uma louvação da iniciativa individual e à caracterização de um conceito de *homo economicus* afim ao da teoria econômica convencional. O "homem econômico racional" é o demiurgo da ação econômica e, em consequência, do desenvolvimento econômico. Milhares de microempresários schumpeterianos giram para a frente a roda da economia, sem usufruir favores e até mesmo em permanente conflito com o *establishment* econômico cartorial articulado pelo Estado.

Nesta ideologia da livre iniciativa, não há lugar para dois agentes econômicos decisivos: o grande capital e os assalariados. Caracteristicamente, a pesquisa trata de setores nos quais a baixa capitalização e a pequena difusão do assalariamento não constituem barreiras definitivas de acesso aos mercados. Porém, mesmo no Brasil, paraíso da grande produção capitalista, anda em moda o louvor à pequena produção e à "economia subterrânea", expressão que não representa com precisão a informalidade mas foi caracteristicamente escolhida para intitular a versão brasileira do texto. Informalidade nos recorda imediatamente trabalho autônomo individual não registrado, comércio ambulante, pobreza⁵. Economia subterrânea nos sugere rebeldia à excessiva regulamentação estatal. Informalidade, é depreciativo; economia subterrânea, quase um sinônimo elogioso de sonegação.

Fala-se muito na coalizão de interesses políticos e empresariais por detrás do "estado redistributivo". Sem desconhecer a veracidade da descrição, não se pode deixar de assinalar que ela acaba desembocando em uma polarização privilégio/injustiça (ou privilégio/pobreza) que antes expressa a aludida antinomia entre poder e concorrência, do que qualquer conflito entre capital e trabalho, ou entre Estado burguês latino-americano e justiça social. De Soto ressalta em tudo a informalidade, e o contraste informais/Estado. No Brasil, como não poderia deixar de ser, os verdadeiros adversários do estatismo e da injustiça seriam os milhares de microempresários que não têm acesso aos recursos públicos, ou os empresários que trabalham de olhos postos no mercado, e não no Tesouro Nacional⁶.

As falhas da ideologia antiestatista saltam aos olhos. É manifesto que as empresas estatais e as grandes empresas multinacionais são as exclusivas indutoras de inovação, ainda que o espaço econômico de ambas seja constantemente negociado com o Estado. É evidente que o território reservado para a iniciativa empresarial individual e pouco capitalizada, embora amplo, não é ilimitado. É óbvio, enfim, que no "novo Estado industrial"⁷, no qual vivemos, o microempresário schumpeteriano não existe.

(4) Um direito simples e eficiente coraria a "revolução informal" descrita por de Soto. O título original da obra, significativamente, é *El Otro Sendero — la Revolución Informal*, em referência explícita ao Sendero Luminoso.

(5) A rigor, informalidade não implica necessariamente pobreza. O trabalho de de Soto, aliás, poderia ser comentado com proveito tendo como ponto de referência a discussão sobre mercados informais. Não é este o propósito do presente comentário.

(6) "Hoje, como no final do século passado, há uma corrente, liderada pelo Estado, que puxa o empresariado brasileiro para trás, através dos truques da corte. Outra, formada por empresários que só conseguem entender o lucro como produto do trabalho, que não conhecem poderosos e não sabem direito nem onde fica o BNDES, precisa que o país vá em direção a uma economia mais livre, a única na qual percebe que poderá sobreviver", Simonsen, *op.cit.*

(7) Tomo emprestada esta expressão de Galbraith, sem contudo lhe atribuir a totalidade do significado original. Galbraith quer se referir ao Estado militar-armamentista e ao complexo militar-industrial nas economias desenvolvidas, sentido que naturalmente não diz respeito à realidade latino-americana. Mas quer se referir também à concorrência oligopólica, às coalizões políticas e à regulamentação, em oposição ao liberalismo e à livre concorrência. A expressão é aqui usada neste último sentido, com alguma liberdade e sem muito rigor; quase como um anônimo ao também genérico "capitalismo concorrencial".

A microempresa e a iniciativa individual compõem um papel bastante delimitado, e o espaço em que concorrem não representa o território vital da concorrência capitalista moderna.

A ideologia antiestatizante, portanto, não consegue integrar como elemento de referência o grande capital, figura necessariamente incompatível com o modelo de concorrência fixado como padrão. E não consegue integrar também o assalariado, personagem estranho ao conceito hiperindividualista de *homo economicus*. O assalariado trabalha, sem dúvida; todavia, exercita pouco a "escolha racional", e não costuma inovar. A ação deste agente econômico é necessariamente rotineira, e sua participação política mais avançada é sindical (e portanto corporativista, protecionista). Quer dizer, a lógica do trabalho assalariado escapa totalmente ao modelo convencional. Sua "escolha racional" restringe-se ao consumo, e sabemos que aí o espectro de opções é pobre para compor uma teoria do desenvolvimento.

Quando admitimos que a economia moderna configura uma espécie qualquer de "novo Estado industrial", desaparece o empresário idealizado pelo conservadorismo. As relações econômicas entre Estado, empresas e trabalhadores são totalmente regulamentadas; os mercados, cada vez menos permeáveis à "livre concorrência"; a racionalidade das escolhas cada vez mais distinta daquela que caracteriza o "homem econômico racional". E tudo isto é moderno e progressista; jamais um sinal de atraso econômico.

Penetramos em uma esfera onde a ambigüidade é permanente. Ninguém pode deixar de reconhecer a triste realidade descrita quando da caracterização do "Estado redistributivista". Burocracias ineptas, injustiças, dessemelhanças no acesso ao direito e aos recursos públicos, politização de todas as instâncias da administração pública: tais são as características do Estado na América Latina. Nem sempre este injusto estado de coisas bloqueia o desenvolvimento econômico, e o caso do Brasil serve como ressalva adequada.

As implicações de se caracterizar a atual economia como um neomercantilismo são várias. De um lado, ressalta-se o caráter altamente prepotente e antiliberal da atuação governamental. Se a face mais revoltante desta prepotência é o fisiologismo aberto, não menos significativo é o fato de a estrutura de financiamento público no Brasil não obedecer a nenhuma das regras tributárias e financeiras que nas economias capitalistas desenvolvidas impõem limites às iniciativas do governo. Sem estas regras, não pode haver democracia; o Estado comporta-se como um soberano absoluto, e nesta medida a analogia com o mercantilismo é forte.

Por outro lado, a imagem é cronologicamente pobre. Viveríamos em um pré-capitalismo, e o verdadeiro capitalismo só poderia emergir se controlássemos o totalitarismo econômico do Estado. Em contraposição a esta tese, temos o argumento contrário de que talvez as relações capitalistas existentes só se desenvolveram ao nível atual devido ao pulso forte e arbitrário de um Estado que redistribuiu recursos, redefiniu regras de

crescimento empresarial, criou normas — no caso, inclusive, normas fascistas — de relacionamento entre capital e trabalho etc.

Nesta ambigüidade, adicionar a mitologia da livre concorrência e do espírito de iniciativa apenas consagra uma crítica incapaz de vislumbrar as características do moderno capitalismo. De Soto assegura que a informalidade traz o embrião desta revolução liberal, por estimular a concorrência e o espírito empreendedor. Deixando de lado o inusitado de tal proposição, que pode ser atribuído ao meio ambiente econômico peruano, o paradoxo se assemelha a uma difundida imagem do ideário conservador moderno. Podemos resumi-la na tese de que o capitalismo não é o responsável pelos nossos males; pelo contrário, a falta de capitalismo é que prejudica o continente⁸. Por capitalismo, entenda-se cultura empresarial, primado da racionalidade etc.

Ora, se ao enfocarmos a questão a partir da experiência de uma economia atrasada, como a peruana, pode nos parecer justificado que "falte capitalismo", ao nos colocarmos sob a inspiração de uma economia diversificada e industrializada, como a brasileira, a impressão que se tem é de que "sobra capitalismo". O espírito empresarial transborda, os capitais acumulam, o consumo se diversifica e o Estado, bem ou mal, favorece a capitalização privada; e não obstante há cartorialismo, injustiças e outras características do "Estado redistributivista". Para nos atermos às expressões de de Soto, a economia é "mercantilista" e "capitalista" (mas jamais "concorrencial") em simultâneo. Daí o paradoxo.

O segredo do moderno capitalismo, aliás, e em maior medida dos capitalisms construídos no século XX, é este: o "espírito empresarial" se mescla a uma intervenção aberta do Estado (e qualquer intervenção econômica pública é redistributiva). As classes sociais são fundidas em moldes antiliberais. Os mercados são regulamentados, quando menos por proteções cambiais e tarifárias. A concentração econômica se acelera. Os resultados são os que todos conhecemos, muitos dos quais descritos com perfeição na obra.

A crítica de Soto refugia-se na economia informal. Os críticos conservadores brasileiros refugiam-se nas pequenas unidades empresariais que desconhecem os favores públicos. Ambos recorrem, em última análise, ao "homem econômico racional" como um antídoto (irracional) à terrível realidade do capitalismo latino-americano.

(8) Referindo-se à revolução soviética, de Soto desenvolve o mesmo raciocínio. O regime bolchevique teria vindo a substituir um mercantilismo em colapso, e não o verdadeiro capitalismo. "Pouco antes (da revolução — MCC), quando os mencheviques assinalaram a necessidade de fomentar a empresa privada, os bolcheviques retrucaram dizendo que o 'capitalismo' havia sido tentado na Rússia e fracassara. Obviamente, os bolcheviques — seguramente sem sabê-lo — estavam referindo-se a uma economia mercantilista, pois a Rússia nunca teve uma economia de mercado." De Soto, *op.cit.*, p. 309.

Maurício C. Coutinho é professor do Instituto de Economia da UNICAMP

Novos Estudos

CEBRAP

Nº 22, outubro de 1988

pp. 77-86